

Estudos técnicos - CNM - junho/2021

Por que o FPM está em alta?

A Confederação Nacional de Municípios (CNM) vem acompanhando com surpresa a cada decêndio os repasses para o Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Os últimos repasses têm apresentado crescimentos expressivos se comparados com anos anteriores.

Apesar do País estar passando pelo maior desafio na gestão pública, devido a pandemia do Coronavírus, a economia apresenta sinal de recuperação a patamares de antes da pandemia, a saber;

I) Arrecadação total das Receitas Federais atingiu, em fevereiro de 2021, o valor de R\$ 127,7 bilhões, registrando acréscimo real (Índice de Preços ao Consumidor Amplo/IPCA) de 4,30% em relação a fevereiro de 2020,

II) Em março de 2021, o valor de R\$ 137,9 bilhões, registrando acréscimo real de 18,49% em relação a março de 2020,

III) Já a arrecadação do mês de abril, o governo arrecadou R\$ 156,822 bilhões, com aumento de 45,22% acima da inflação em valores corrigidos pelo IPCA.

Diante desse cenário o comportamento do repasse do FPM até o primeiro decêndio de junho, apresenta um resultado muito superior ao esperado para o ano, com um crescimento superior a 31% de janeiro até o atual decêndio. Segundo informações originadas da Receita Federal do Brasil (RFB) a melhora da arrecadação está relacionada ao aumento da compensação de débitos do IR e IPI, principalmente aqueles decorrentes a créditos de **ação judicial**, além das melhoras dos **indicadores econômicos** com as arrecadações citadas para o ano de 2021.

Análise decêndio a decêndio

Esse primeiro semestre os repasses de Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) que compõe o FPM tem apresentado aumento em relação ao ano anterior, uma vez que no ano passado vigoraram medidas duras de restrição social e de interrupção de atividades econômicas por causa do início da pandemia de covid-19. **Mas esses dados estão acima dos valores repassados ao ano de 2019 ano esse sem pandemia, ou seja, há um evidente crescimento do fundo.**

Analisando os comunicados do FPM, elaborados pela Secretária do Tesouro Nacional (STN) nos cinco primeiros meses deste ano, segundo dados, a arrecadação federal de IPI e IR somou R\$ 250,8 bilhões. O valor representa uma alta de 29,75% na comparação com o mesmo período do ano passado (R\$ 193,3 bilhões). Na comparação com maio do ano passado, quando a arrecadação cresceu 72,31% conforme visto na tabela abaixo.

Tabela 1 – Arrecadação do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados

Mês	IPI+IR - 2019	IPI+IR - 2020	IPI+IR - 2021	Taxas %
Janeiro	59.294.500	64.278.300	70.127.682	9,10%
Fevereiro	34.339.600	34.047.331	38.080.285	11,85%
Março	33.919.400	31.645.521	44.710.936	41,29%
Abril	46.209.900	36.860.112	52.259.471	41,78%
Maior	33.183.300	26.522.080	45.700.162	72,31%
Total	206.946.700	193.353.345	250.878.536	29,75%

Fonte: Elaboração Própria – CNM

Mas isso não significa que todo o ano de 2021 a arrecadação apresentará crescimentos dessa forma. É importante que os novos gestores que estão no primeiro ano de seus respectivos mandatos, a Confederação sempre alerta que tenham prudência e cuidado com a gestão das prefeituras, uma vez que ainda estamos num momento delicado e instável por conta da Covid-19.

Segundo relatórios da RFB, nos últimos meses houve recolhimentos fora de época que impulsionaram a arrecadação, uma das explicações foi por causa de empresas que registraram lucros maiores que o previsto e tiveram de pagar a diferença. **Isso fica evidente no primeiro decêndio de junho**, onde a transferência do fundo aos municípios é 90,35% de todo a transferência que ocorreu em junho do ano passado.

É importante ressaltar que esse valor não consta o Apoio Financeiro de que trata a Lei nº 14.041, de 18 de agosto de 2020, de conversão da Medida Provisória 938/2020.

Estimativa do tesouro Nacional para os próximos meses (junho, julho e agosto)

Para o mês de junho, é esperado um crescimento de 47% em relação ao mês de junho do ano passado. O mês de julho de 2021 é esperado um FPM de R\$ 7,542 bilhões, 17% maior comparado com mesmo mês do ano passado. E já para o mês de agosto, espera que o Fundo feche com um crescimento de 35,4%, podendo totalizar o montante de R\$ 9,321 bilhões.

De janeiro a agosto, se a previsão do trimestre de junho a agosto se concretizar, o FPM totalizará R\$ 82,271 bilhões, valor que é 28,4% maior do que o mesmo período de 2020, onde totalizou R\$ 64 bilhões.

De acordo com informações da STN a respeito das estimativas para o FPM do próximo trimestre (junho a agosto), pode ser verificado na tabela abaixo:

Comparação do comportamento do repasse do FPM e as estimativas da STN

Mês	2020	2021	Cresc
Jan	8.924.820.374	10.777.327.286	20,8%
Fev	12.895.967.070	14.126.343.496	9,5%
Mar	7.540.628.847	9.468.591.246	25,6%
Abr	7.391.485.580	9.898.694.684	33,9%
Mai	7.722.429.077	11.896.867.983	54,1%
Jun	6.286.471.501	9.239.408.289	47,0%
Jul	6.446.897.493	7.542.870.067	17,0%
Ago	6.884.072.125	9.321.033.657	35,4%
Total	64.092.772.066	82.271.136.708	28,4%

Fonte: STN, os valores para junho, julho e agosto são estimativas da STN

AFM de 2020

É importante ressaltar que durante o ano de 2020 houve um Apoio Financeiro de que trata a Lei nº 14.041, de 18 de agosto de 2020, de conversão da Medida Provisória 938/2020, com o objetivo de mitigar as dificuldades financeiras decorrentes do estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19).

Durante o período de março a dezembro do ano passado, foi transferido aos municípios brasileiros o valor de R\$ 7,738 bilhões. O maior valor pago aos municípios ocorreu no mês de maio de 2020, mês em que o FPM sofreu a maior queda registrada.

		Data que o crédito foi paga	Valores
Valor da diferença positiva de	Março	14/04/2020	531.132.667,21
	Abril	07/05/2020	484.007.809,10
	Maio	05/06/2020	2.372.887.467,83
	Junho	07/07/2020	1.666.133.735,80
	Julho	21/08/2020	106.863.976,48
	Agosto	04/09/2020	1.056.493.404,13
	Setembro	07/10/2020	1.520.782.211,69
	Outubro	06/11/2020	231.711,63
	Novembro	07/12/2020	420.321,51
			7.738.953.305,38

Fonte: Elaboração Própria – CNM

O recurso foi importante para o enfrentamento da pandemia, porque possibilitou ao gestor não se desestruturar mais o seu orçamento, ou seja, a recomposição do fundo, minimizou os impactos nos cofres públicos com a desaceleração da economia e a queda na arrecadação. Esse reforço ocorreu num momento indispensável para ajudar nas ações emergenciais dos municípios.

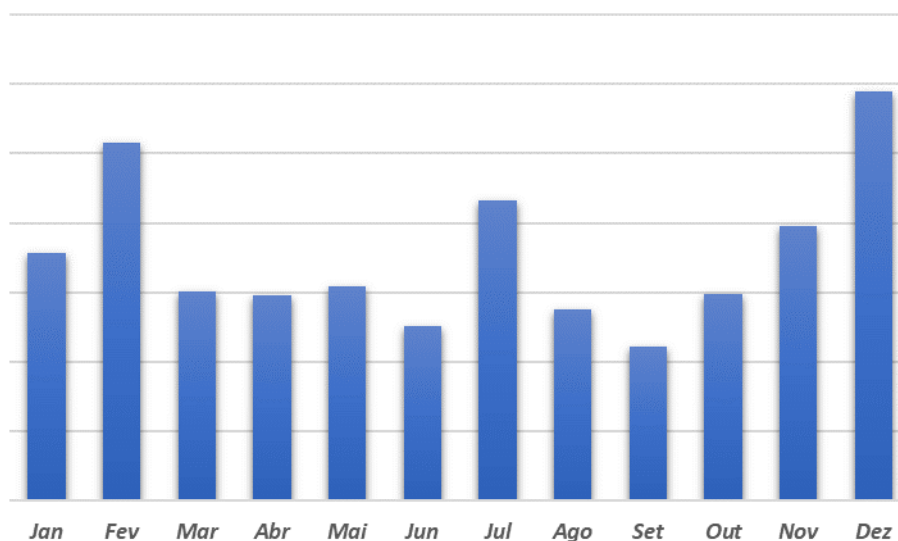
A recomposição, apesar de estar creditada no fundo, não entrou nas contas como FPM. O efeito contábil foi diferente para os limites constitucionais, ou seja, não integra a base de cálculo para despesa com saúde e educação, sendo assim não entrou como RCL (receita corrente líquida), que é o parâmetro para o limite de despesa de pessoal, dívida consolidada e garantia.

O Segundo Semestre

Mesmo com toda essa alta no primeiro semestre do ano, a confederação trabalha com cautela e prudência. Acompanhando os dados de 2003 até a presente data, fica evidente que o fundo apresenta momentos distintos durante o ano.

Na avaliação mês a mês, o comportamento dos repasses realizados, nota-se que ocorrem dois ciclos distintos: *no primeiro semestre os maiores repasses*; e entre julho e outubro, os valores diminuem significativamente, conforme pode ser verificado no gráfico.

Gráfico 1 – Sazonalidade do Fundo



Fonte: Elaboração Própria – CNM

É importante lembrar que o mês de julho, o FPM sofria uma forte queda, devido à sazonalidade da arrecadação ao longo do ano, que ocorre em função dos níveis de atividade econômica típicos de cada período. Esse aumento, vislumbrando no gráfico, é consequência da aprovação da Emendas Constitucionais 84/2014, que resultou em um aumento significativo para o mês mencionado. Para estimar o valor do 1% do FPM de julho, foi utilizado o relatório de avaliação fiscal do Ministério da Economia, que indica que a arrecadação total de IPI e IR, neste ano pode chegar a alcançar o montante de R\$ 487.842 bilhões, valor esse que é 7,48% maior que divulgado na Lei de Orçamento Anual (LOA 2021). Se esse cenário se concretizar, o 1% adicional do FPM de julho pode chegar a **R\$ 4.789 bilhões**.